

A participação do Estado na Economia

Brasil

JOSE MATIAS PEREIRA

O Brasil possui atualmente 226 empresas estatais. Desse total, 179 são do setor produtivo, que tem um balanço próximo de Cr\$ 1,1 trilhão, com um patrimônio líquido de aproximadamente de Cr\$ 400,0 bilhões. No seu conjunto as empresas estatais empregam cerca de 600 mil pessoas, e participam de forma destacada nas mais diversas atividades econômicas do País, competindo em vários setores, com a iniciativa privada.

Com base nesse quadro preocupante torna-se necessário e urgente uma profunda discussão por parte da sociedade brasileira, como um todo, sobre a presença do Estado na economia. É importante frisar que o Estado tem tido uma participação relevante no processo de desenvolvimento econômico nacional. Os investimentos em infra-estrutura, por exemplo, demandam na sua fase inicial grandes somas de recursos financeiros, com retorno a longo prazo, o que torna inevitável (na maioria dos casos) a participação do Estado no financiamento desses empreendimentos.

Essa participação pode ser percebida nos grandes investimentos estatais orientados para apoiar o crescimento do setor pro-

dutivo nacional. O melhor exemplo dessa atuação estão nos segmentos de produção de energia elétrica e siderurgia, nos quais vem sendo feito esforços para aumentar os investimentos governamentais, com vista a superar a crise atual e garantir o crescimento do setor industrial.

Por outro lado, essa realidade não pode servir de argumento para obstruir ou mesmo evitar o debate sobre a questão da estatização versus desestatização no Brasil.

É preciso estar atento para os exemplos de outros países de economias capitalistas desenvolvidas, que provam que fazer política econômica não é função das empresas estatais. Qualquer democracia será tanto mais sólida quanto mais bem estruturada for o seu setor privado. Para uma melhor compreensão do assunto, vale ressaltar que o setor estatal no Brasil possui quatro grandes segmentos: as entidades típicas do governo, as instituições de previdência social, os bancos oficiais e o setor produtivo. Desses segmentos, apenas as empresas do setor produtivo estariam em condições de serem privatizadas.

Em sua maior parte, por motivos estratégicos ou em decorrência da situação financeira crítica de várias dessas empresas, existem

vários obstáculos a serem superados. Para exemplificar, podemos incluir nessa situação a Vale do Rio Doce, a Petrobrás, a Telebrás, a Eletrobrás, a Siderbrás, a Rede Ferroviária Nacional e a Nuclebrás. No caso, das três primeiras, além de serem eficientes, estariam enquadradas em áreas estratégicas para a segurança e o crescimento do País. Em relação às demais, estão incluídas no rol das empresas com problemas financeiros. A Eletrobrás, por exemplo, possui uma dívida externa de US\$ 18,0 bilhões e o Sistema Siderbrás (CSN, Usiminas, COSIPA, etc.) cerca de US\$ 17,0 bilhões.

Com base nos dados da Secretaria de Controle das Estatais (SEST), existem cerca de 47 empresas estatais em condições de serem privatizadas. O grande problema não é o pequeno número apresentado, mas sim o tamanho dessas empresas (de pequeno peso dentro da economia) e de pouca atração do ponto de vista empresarial.

Após essas considerações, pode-se constatar que é necessário encontrar uma saída para romper esse círculo vicioso descrito. A questão básica a ser resolvida é a identificação dos setores onde o Estado deverá ceder espaço para a iniciativa privada. Na fase seguinte (a mais complexa), seriam selecionadas

as alternativas de como fazer as transferências desse estatais.

Pelos impactos sociais e políticos, bem como pelos custos econômicos que tal decisão ensejaria, parecemos recomendável que o assunto fosse submetido a um plebiscito nacional para referendar a alternativa escolhida.

Por outro lado, vale alertar que até que se encontre essa saída que permita delimitar e confinar o setor estatal em áreas onde a sua presença é indispensável e insubstituível (como saúde, educação, saneamento básico, habitação popular, entre outros) é preciso que a sociedade brasileira participe e acompanhe (através dos canais legais existentes), o desempenho dessas empresas, e cobre quando for o caso, melhores padrões empresariais de gestão, pois isso contribuirá sobremaneira para um melhor aproveitamento na aplicação dos recursos públicos por parte do Estado.

O autor, 35 anos, é economista do Instituto do Planejamento Econômico e Social, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Assuntos Econômicos da Amazônia.

CORREIO BRAZILIENSE